

BOLETIM INFORMATIVO

Centro de Apoio Operacional em Defesa da Saúde

Edição 08/2024

MÊS DA

Amamentação



AGOSTO
DURADO

Amamentação, apoie em todas as situações.

A **Semana Mundial de Amamentação** é uma oportunidade para lembrar da importância dessa prática fundamental para a saúde de crianças, mulheres, sociedade e planeta.

A data reforça o apoio à amamentação também em situações de emergências, calamidade pública e desastres naturais, e mostra como toda a sociedade pode contribuir para que mais crianças sejam amamentadas.

O leite materno é o alimento mais completo para a criança



**PROMOVE O
CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO
SAUDÁVEL**



**PROTEGE DE
DOENÇAS E
INFECÇÕES**



**REDUZ A
MORTALIDADE
INFANTIL**



**MAIS SAÚDE
PARA QUEM
AMAMENTA**

A amamentação é importante desde a primeira hora de vida da criança. Amamente até os 2 anos de idade ou mais e, de forma exclusiva, até os 6 meses de idade. Em caso de dificuldades, busque um serviço de saúde.

Seu apoio é essencial para o sucesso da amamentação em todas as situações

Como apoiar e incentivar a amamentação?

Dê apoio para que a amamentação seja mais tranquila. Ofereça suporte em todas as situações e ajude com as atividades da casa e com os cuidados da criança. Nas dificuldades com a amamentação, procure uma Unidade Básica de Saúde para apoiar a família.

Amamentação é saúde para toda a sociedade.

O leite materno é sustentável, seguro e reduz os custos no sistema de saúde, evitando doenças na infância e durante as outras fases da vida.

AMAMENTAÇÃO, APOIE EM TODAS AS SITUAÇÕES.

MP PROPÕE ACORDO PARA MELHORAR ATENDIMENTO NO CAPSI DE RONDONÓPOLIS

A 4ª Promotoria de Justiça Cível de Rondonópolis (a 212km de Cuiabá) encaminhou uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para o Município, na tentativa de solucionar extrajudicialmente as falhas no atendimento do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi). O Ministério Público de Mato Grosso busca a contratação de mais servidores, prédio adequado e atendimento especializado para Transtorno do Espectro Autista (TEA). Conforme procedimento administrativo instaurado, a Promotoria está acompanhando as ações para atendimento da saúde mental de crianças e adolescentes, diante das constantes notícias de não atendimento a situações graves e de filas de espera longas, que tornam o atendimento ineficaz e geram risco de tragédias.

Segundo a promotora de Justiça Patrícia Eleutério Campos Dower, foi comprovada a precariedade da prestação de serviços, diante da ausência de prédio adequado e, principalmente, devido à falta de servidores para a realização dos atendimentos. “O quadro é muito grave. A equipe atual seria suficiente para atender uma média de 125 pacientes ativos no CAPSi, destacando-se que o médico psiquiatra atende apenas 10 horas semanais. Porém, no segundo semestre de 2023, havia 294 pacientes ativos, atendidos em sua maioria parcialmente, e 216 pacientes em fila de espera. Ou seja, seriam necessárias quatro equipes mínimas para atender a demanda descrita e temos apenas uma”, argumentou.

Na proposta de acordo, o Município, por meio do prefeito e da Secretaria Municipal de Saúde, deve se comprometer a garantir atendimento para crianças de 0 a 4 anos e ampliar o número de servidores que atuam perante o CAPSi, visando a alcançar três equipes mínimas, compostas cada uma por um médico psiquiatra, um enfermeiro, quatro profissionais de nível superior (psicólogo, assistente social, enfermeiro, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, pedagogo ou outro profissional necessário ao projeto terapêutico) e cinco profissionais de nível médio (técnico e/ou auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão).

Ademais, considerando que o Município apontou que pretende centralizar o atendimento às crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista no CAPSi, foi apontada a necessidade de disponibilizar intervenções com eficácia científica comprovada para tratamento do TEA, descritas na Linha de Cuidado para o transtorno, elaborada pelo Ministério da Saúde.

O TAC estabelece que o Município adote as medidas para admissão de servidores em número suficiente para completar duas equipes mínimas, por meio de chamamento público, no prazo máximo de 90 dias. E que complete a terceira equipe mínima, também por meio de chamamento público, imediatamente após a posse do candidato eleito para o cargo de prefeito Municipal de Rondonópolis, no ano de 2025. Além disso, pactua que seja disponibilizado prédio adequado (seja por aquisição ou locação), assegurando o cumprimento das normas de acessibilidade, em 90 dias, entre outras medidas.

Outras falhas - De acordo com levantamento da Promotoria, há apenas 13 servidores efetivos nas unidades de saúde mental (CAPS AD, CAPS IJ, Ambulatório de Saúde Mental e Ambulatório Viva), quatro fonoaudiólogas em toda a rede de saúde e uma única terapeuta ocupacional para atendimento de uma população de cerca de 240 mil habitantes. As filas de espera chegam a demorar aproximadamente um ano.

O MPMT apontou ainda que somente 37 crianças e adolescentes recebem de fato atendimento multiprofissional e que essa deficiência do serviço já evidencia danos graves uma vez que há duas adolescentes do sexo feminino com demanda judicial de internação psiquiátrica (e não há hospitais psiquiátricos para recebê-las). Além disso, recentemente o Conselho Tutelar encaminhou notícia de uma terceira menina na mesma situação.

arquivo(s) anexado(s)

[MP%20prop%C3%B5e%20acordo%20para%20melhorar%20atendimento%20no%20CAPSi%20de%20Rondon%C3%B3polis.mp3](#)

SERVIDORES TERÃO PALESTRA PARA PRIMEIROS-SOCORROS E ATENDIMENTO

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Gabinete de Segurança Institucional, realiza na próxima segunda-feira (12 de agosto), às 14h, palestra para os servidores sobre atendimento pré-hospitalar e primeiros-socorros. O evento será realizado no auditório da sede da Procuradoria-Geral de Justiça e faz parte da campanha “Agosto da Segurança Institucional”.

O objetivo é aprimorar o cuidado ao trauma pré-hospitalar, proporcionando conhecimentos básicos para os cuidados iniciais de pacientes traumatizados. A palestra será baseada no PHTLS (Prehospital Trauma Life Support), que é um programa de treinamento desenvolvido pela National Association of Emergency Medical Technicians (NAEMT), em cooperação com o American College of Surgeons.

O conhecimento do PHTLS é reconhecido mundialmente e é considerado um padrão de ouro de atendimento ao trauma pré-hospitalar. A ser ministrada pelo 2 Sargento PM Marcus Vinicius Trolesi Leite, que é pós-graduado em “Atendimento Pré-Hospitalar Policial - APH” na Escola Superior de Polícia Civil do Estado do Paraná, a palestra seguirá três eixos: Avaliação da Cena e Segurança (Garantir a segurança do socorrista e da cena e identificar mecanismos de lesão”; Avaliação Primária (Noções da abordagem do mnêmico XABCDE (eXsanguination, Airway, Breathing, Circulation, Disability, Exposure) e a importância para identificar e tratar ameaças imediatas à vida”; Estabilização e Transporte (Decisões rápidas sobre a necessidade de transporte rápido (load and go e identificação de hospitais apropriados para o tratamento do trauma).

WORKSHOP SOBRE COMO LIDAR COM A ANSIEDADE ABRE PROGRAMAÇÃO DE CAMPANHA

A programação da campanha “MP+Seguro” teve início nesta quinta-feira (01) com um workshop sobre como lidar com a ansiedade, realizado no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) – Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá. Cerca de 30 pessoas, integrantes do Centro de Apoio Operacional do Conhecimento e Segurança da Informação e Gabinete de Segurança Institucional (CSI/GSI), tiveram acesso a técnicas de respiração e meditação que poderão ajudar a aliviar o estresse diário.

“Trabalhamos técnicas e ferramentas simples que podem ser utilizadas no dia a dia, principalmente por pessoas que trabalham com muita tensão. Falamos sobre o que é a ansiedade e também como aliviá-la em menos de três minutos”, explicou a terapeuta e facilitadora do workshop, Luciana Cervelin.

O perito criminal Rubens Okada, integrante da equipe do CSI, destacou a importância do evento. “A escolha desse tema foi muito acertada. Ninguém é capaz de escapar desse sentimento de ansiedade, seja em menor ou maior grau. Achei a discussão super relevante, pois precisamos cuidar também dessa parte mental. Na rotina intensa do dia a dia dificilmente paramos para pensar nas coisas simples da vida e esse momento proporcionou a todos os participantes a oportunidade de voltar e reavaliar as prioridades da vida”, destacou.

O coordenador do CSI/GSI, promotor de Justiça Mauro Zaque, destacou que tem buscado promover discussões sobre temas que não dizem respeito diretamente à atuação da equipe, mas que influenciam diretamente. “No início do ano, trouxemos uma palestra sobre os sinais de alerta da depressão e agora abordamos aspectos relacionados à ansiedade. Iniciamos a campanha do MP + Seguro com o pé direito, priorizando a saúde mental”, ressaltou. (Com apoio de Vanessa Magalhães da SM Digital Assessoria em Marketing)

COMISSÃO DE SAÚDE DO CNMP INSTALA COMITÊ DE ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL EM PRIMEIRA REUNIÃO DE INTEGRANTES

Na última sexta-feira, 16 de agosto, a Comissão da Saúde (CS) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) promoveu, de forma virtual, a 1ª Reunião do Comitê de Estratégias da Política de Saúde Mental do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público (Fonasm-MP). O comitê foi criado para estabelecer ações de educação permanente em saúde mental para o Ministério Público, sob a coordenação do procurador de Justiça do MP do Rio de Janeiro Eduardo Lima Neto.

A reunião foi aberta pelo membro auxiliar da Comissão da Saúde, Jairo Bisol, que representou o conselheiro e presidente interino da CS, Moacyr Rey Filho, e contou com a participação dos representantes das unidades e ramos do Ministério Público que integram o comitê.

Bisol destacou que a instituição do comitê é um marco em prol da consolidação da autonomia do Fonasm-MP. “Apostamos muito no bem-estar das pessoas que compõem a nossa instituição. Precisamos construir uma inteligência em saúde mental no MP brasileiro. Esse comitê é uma expressão de articulação política interna e troca de experiências”.

Eduardo Lima Neto ressaltou a relevância da união de forças para desenvolver um “tema tão caro ao Ministério Público e tão atual”: a saúde mental. Na sequência, o membro do MP apresentou o relatório técnico “Estratégias para educação em saúde mental no Ministério Público”. O documento tem como objetivo colaborar para a criação de ações efetivas pelo Comitê de Estratégias em Saúde Mental, por meio da apresentação de ações baseadas em evidências e boas práticas, buscando fornecer uma base sólida para o desenvolvimento de um plano de ação que atenda às necessidades e desafios específicos do grupo.

Também foi apresentado, pelo coordenador, o plano de ação do Comitê de Estratégias em Saúde Mental, elencando-se como eixos estratégicos: interlocução com entidades profissionais e acadêmicas; compartilhamento de experiências e escuta ativa; e estratégias de educação em saúde mental.

Após as exposições, os integrantes do comitê tiveram a oportunidade de manifestar dúvidas e sugestões, como a catalogação e o mapeamento de boas práticas.

São integrantes do Comitê: Eduardo Lima Neto (MPRJ); Jairo Bisol (CNMP); Candice Novaes (MPTO); Wesley Alves (MPRR); Rosângela Barros (MPM); Kennedy Nejar (MPSP); Welison Fontes (MPSP); Renata Scalet (MPSP); Mônica Azevedo (MPPR); Isabel Porto (MPCE); Débora Salgado (MPDFT); Isabela Ramalho (MPT); e Alberto Ledur (Fenamp).

A próxima reunião do comitê está prevista para o dia 3 de setembro.

Sobre o Fórum

Sob a presidência interina do conselheiro Moacyr Rey Filho, o Fórum Nacional é constituído por três representantes de cada Ministério Público, todos integrantes das Comissões de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental, sendo um membro, um servidor e um representante da Administração Superior.

Instituído pela Resolução CNMP nº 265/2023 e regulamentado pela Portaria CNMP nº 421/2023, o Fórum tem por objetivo central promover o debate, o estudo, a análise, a discussão, a harmonização e a articulação da Política Nacional de Atenção à Saúde Mental voltada aos membros e servidores do Ministério Público.

ATUALIZAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

LEI Nº 14.951, DE 2 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre a coloração da órtese externa denominada bengala longa, para fins de identificação da condição de seu usuário.

Portaria MS/GM N. 5051, DE 13 DE AGOSTO DE 2024

Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Falência Intestinal, como parte da rede de serviços auxiliares específicos para a realização de transplantes do Sistema Nacional de Transplantes - SNT, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Portaria MS/SAES N. 1976, DE 23 DE AGOSTO DE 2024

Altera a Portaria SAES/MS nº 1.640, de 7 de maio de 2024, que dispõe sobre a operacionalização do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria GM/MS Nº 5.287, DE 26 DE agosto DE 2024

Dispõe sobre os valores referentes à parcela do mês de agosto, de que trata o Título IX-A da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, relativos ao repasse da assistência financeira complementar referente ao exercício de 2024.

PORTARIA SAES/MS Nº 2.054, DE 29 DE AGOSTO DE 2024

Inclui, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, procedimentos relacionados aos Serviços de Referência em Tratamento da Pessoa com Falência Intestinal e procedimentos referentes à atenção à saúde das pessoas nessa condição

EQUIPE CAO - SAÚDE

MILTON MATTOS DA SILVEIRA NETO

PROMOTOR DE JUSTIÇA E COORDENADOR

THIAGO SCARPELLINI VIEIRA

PROMOTOR DE JUSTIÇA E COORDENADOR ADJUNTO

JESSICA DE LIMA MAGALHÃES SILVA

AUXILIAR MINISTERIAL